

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOSÉ CARLOS DE MIRANDA BASSETTO

A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA PARA O LESTE ASIÁTICO NO CONTEXTO PÓS
SEGUNDA GUERRA: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE
JAPÃO E ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Laerte Apolinário Júnior

São Paulo

2024

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha imensa gratidão ao meu orientador, Laerte Apolinário Júnior, cuja orientação e apoio foram essenciais para a realização desta pesquisa. Suas sugestões valiosas, paciência e conhecimento foram fundamentais para a condução deste trabalho. agradecer por acreditar no meu potencial e por me desafiar a alcançar sempre o melhor. Aos meus pais, Elizabeth Ramos de Miranda e Luiz Antonio Bassetto, meu profundo agradecimento. Vocês sempre foram minha maior fonte de inspiração e apoio. agradecer por estar ao meu lado em cada etapa desta jornada, oferecendo encorajamento e suporte incondicional. Mesmo diante das dificuldades, nunca deixei de acreditar em mim e me motivaram a seguir em frente. Este trabalho é também um reflexo de amor e dedicação de vocês.

A todos, minha eterna gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a atuação dos Estados Unidos na Ásia no pós II Guerra, em especial, as relações entre EUA e Japão, a partir dos esforços empregados no auxílio à reconstrução do país arrasado pelo conflito. A pergunta que guia este estudo é: Quais os principais métodos utilizados pelos EUA para que dentro de poucas décadas, mesmo após dois ataques nucleares, o Japão se tornasse seu principal aliado estratégico na região, não desenvolvendo um sentimento de revanchismo, similarmente ao ocorrido com a Alemanha após o Tratado de Versalhes? Para responder à questão proposta, serão analisadas sobretudo as propostas do Plano Colombo juntamente com as políticas adotadas bilateralmente entre os EUA e Japão nos anos seguintes ao término da guerra - abordando também a Doutrina Yoshida. Busca-se averiguar quais mecanismos utilizados pelos EUA para inserir o Japão dentro de sua zona de influência apesar do passado turbulento e das disparidades culturais.

Palavras-chave: EUA, Japão, Segunda Guerra, Plano Colombo, Doutrina Yoshida, Reconstrução, Cultura, Anime.

ABSTRACT

This research aims to analyze the actions of the United States in Asia after World War II, in particular, relations between the USA and Japan, based on the efforts used to help rebuild the country devastated by the conflict. The question that guides this study is: What are the main methods used by the USA so that within a few decades, even after two nuclear attacks, Japan becomes its main strategic ally in the region, without developing a feeling of revanchism, such as what happened with Germany after the Treaty of Versailles? To answer this question, the proposals of the Colombo Plan will be analyzed together with the policies adopted bilaterally between the USA and Japan in the years following the end of the war - also addressing the Yoshida Doctrine. The aim is to investigate the mechanisms used by the USA to insert Japan within its zone of influence despite its turbulent past and cultural disparities.

Keywords: USA, Japan, World War II, Colombo Plan, Yoshida Doctrine, Reconstruction, Culture, Anime.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	General Douglas MacArthur e o Imperador Hirohito, 1946.....	24
Imagem 2	PIB real, Japão, 1880-1995 em trilhões de ienes de 1990 (escala logarítmica)	27
Imagem 3	PIB per capita países selecionados do Leste Asiático em relação ao PIB per capita dos Estados Unidos, 1950-92.....	30
Imagem 4	Crescimento real do PIB, Japão e Estados Unidos, subperíodos selecionados.....	31
Imagem 5	Franky (One Piece)	33
Imagem 6	All Migthy (My Hero Academia).	34
Imagem 7	Bandit Keith (Yu-Gi-Oh!).....	34
Imagem 8	Seleção dos Estados Unidos(Super-Onze).....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADB	Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB)
EUA	Estados Unidos da América
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
N.P.	Não Paginado
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
TPP	Acordo de Associação Transpacífico
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)

SUMÁRIO

	Introdução.....	8
1	A política externa dos Estados Unidos pós Segunda Guerra Mundial para o leste da Ásia/Japão.....	11
1.1	O Plano Colombo.....	15
1.2	A Era Yoshida e a Ocupação dos EUA.....	17
2	Transformações no Japão.....	20
2.1	Políticas.....	20
2.2	Econômicas.....	23
2.3	Culturais.....	28
3	Considerações Finais.....	33
	Referências.....	35

INTRODUÇÃO

Dentre as grandes causas da Segunda Guerra foi o revanchismo Alemão advindo das condições impostas no Tratado de Versalhes no fim da Primeira Guerra. Todavia, curiosamente, o mesmo fenômeno não pode ser observado no que se refere ao Japão após o término da Segunda Guerra Mundial. Mesmo o país asiático sendo bombardeado com duas ogivas nucleares que não só custaram milhares de vidas, mas também arrasaram cidades inteiras, tal como espalhar uma nuvem radioativa pelo país que viria ainda causar diversos danos à saúde inclusive das gerações futuras daquelas regiões. Mesmo assim, hoje é cabível descrever os japoneses como os principais parceiros dos Estados Unidos na Ásia. Não referindo-se apenas a questões econômicas ou militares, mas a amizade entre os dois países escala de medida de que as representações dos Estados de danças dentro da cultura japonesa sejam em letras de canções em filmes ou dentro dos próprios animes são surpreendentemente positivas, sempre retratando os norte-americanos como personagens dotados de muito carisma, poder símbolos absolutos da justiça (MASSON, 2010)

Dessa forma surge a dúvida: como um país sofre tamanho ataque, e poucas décadas depois se torna um dos principais aliados de seu agressor? Que métodos e políticas públicas foram adotadas pelos EUA que evitaram um revanchismo no Japão pós Segunda Guerra? Este trabalho buscara responder essa pesquisa, enfatizando as ações adotadas como o Plano Colombo, a ocupação dos EUA e a Doutrina Yoshida.

Inicialmente, é preciso lembrar o contexto do mundo, pois, o término da Segunda Guerra foi o início de um novo conflito: a Guerra Fria. Nesse novo embate protagonizado pelos Estados Unidos e a União Soviética, não houve disparos um contra o outro, pelo menos de forma direta. Afinal, essa foi basicamente uma disputa por influência, sobre afirmar e convencer o mundo sobre qual seria de fato o novo pontífice do poder geopolítico global.

Nesse contexto tenso e polarizado, as políticas americanas para a região europeia foram profundamente influenciadas pela necessidade de conter o avanço do comunismo e fortalecer as nações aliadas como uma frente unida contra a influência soviética. Dessa forma, a Guerra Fria foi definida por um intenso confronto ideológico entre a liderança do capitalismo pelos EUA e o comunismo representado pela União Soviética. Os EUA viam a expansão do comunismo como uma ameaça direta aos seus interesses e à estabilidade global, levando-os a adotar políticas agressivas para conter essa ideologia (ALLEN, 1993).

Nesse sentido cria-se a Doutrina Truman, anunciada em 1947, a qual distribuiu o princípio da contenção do comunismo, justificando a intervenção dos EUA em países vulneráveis à influência soviética. Essa doutrina foi fundamental para moldar a política externa

americana na Europa e serviu de base para iniciativas como o Plano Marshall. Este que ficou oficialmente conhecido como Plano de Recuperação Europeia, foi uma iniciativa crucial dos EUA para reconstruir a Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Além de promover a recuperação econômica, o plano tinha o objetivo estratégico de fortalecer os países europeus contra a influência comunista, tornando-os menos suscetíveis a movimentos revolucionários. (ALLEN, 1993).

Além do Plano Marshall, os EUA estabeleceram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949, uma aliança militar que visava conter a expansão soviética na Europa. Essas alianças e estratégias de segurança foram fundamentais para a política americana na região durante a Guerra Fria.

Em suma, as políticas americanas na região europeia durante a Guerra Fria foram moldadas por uma combinação de fatores ideológicos, geopolíticos e estratégicos, com o objetivo de conter o comunismo, fortalecer aliados estratégicos e manter a influência dos EUA como potência dominante no cenário internacional.

Nesse sentido, tal como o Plano Marshall foi uma medida para alavancar a influência norte americana na Europa, é necessário compreender que o Plano Colombo tinha objetivos semelhantes na Ásia. Ademais, a Doutrina Yoshida" foi marcada pela situação política e de segurança do Japão na época, incluindo a presença das forças militares dos Estados Unidos no país e a Guerra Fria na Ásia. Tal doutrina permitiu ao Japão se concentrar na reconstrução econômica, enquanto evitava um papel militar ativo na região. Outrossim, também teve um impacto duradouro na política externa do Japão e na segurança regional no Leste Asiático. Não obstante, essa política influenciou a postura do Japão em questões como a relação com os Estados Unidos, as relações com outros países asiáticos e a abordagem do Japão em relação à segurança coletiva (WATANABE, 2011).

Outrossim, a ocupação americana do Japão após a Segunda Guerra Mundial e seu legado também foram fundamentalmente marcantes nesse processo. As políticas implementadas pelos Estados Unidos durante esse período, incluindo a desmilitarização, a democratização, a reforma agrária e a reforma econômica, bem como a influência cultural e social dos Estados Unidos no Japão definitivamente moldaram muito do contemporâneo Estado japonês. (WATANABE, 2011)

Para tal, essa pesquisa se apoiou em um estudo de caso das relações entre Estados Unidos e Japão. A análise de dados baseou-se no estudo da bibliografia do tema, utilizando de obras que retratam conceitualmente as origens e os desdobramentos dos processos estudados, concomitantemente aliado a uma análise documental, a fim de evidenciar os impactos dos

acontecimentos em questão. Referente a apresentação e desenvoltura do Plano Colombo e da Doutrina Yoshida, os principais autores utilizados são Charles Blackton, Alex Auletta, Yoneyuki Sugita e Paulo Daniel Watanabe.

Para a análise política, foram utilizados documentos referentes ao Tratado de São Francisco e Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre os Estados Unidos e o Japão, tal como a bibliografia, sobretudo as obras de Paulo Daniel Watanabe. A sessão econômica tem referências de Watanabe, todavia baseia-se mais no artigo “Japan and the Asian Economies: A "Miracle" in Transition) do economista Takatoshi Ito. Por fim, a parte cultural, ficará a encargo da análise de filmes, animes e músicas. Enfatizando a parte dos animes uma vez que são um elemento central na cultura nipônica.

Análise foi dividida em três capítulos, sendo “O Plano Colombo” e “A Era Yoshida e a Ocupação dos EUA”, compõe o primeiro, o qual propõe apresentar o discorrer histórico e os dados referentes a tais eventos cujo impactos serão analisados posteriormente. O segundo capítulo será composto por “Transformações” que serão subdivididas em três campos: Políticas (compreendendo por exemplo a alteração do status do imperador japonês de divino para apenas figurante no poder político do país), Econômicas – tal como a aplicação do “Nine-Point Program”-, e Culturais, como influencia dentro de animes e outras formas de expressão de arte nipônicas, enquanto que o capítulo final será formado pelas “Considerações Finais”, a qual será a análise final das consequências das ações.

1- A política externa dos Estados Unidos pós Segunda Guerra Mundial para o leste da Ásia/Japão

No início do século XX, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e o Japão aliaram-se frente a Rússia, a Alemanha e a França, os quais desejavam acelerar a decomposição da China. Curiosamente, essa parceria entre as três principais potências marítimas não ocorria desde a Primeira Guerra. Todavia, essa postura mudaria significativamente em 1921, durante a Conferência de Washington, na qual os Estados Unidos não apenas pressionaram a Grã-Bretanha a cortar sua aliança com o Japão, mas também incitaram um forte movimento contrário à iniciativa japonesa de expandir seus domínios no oriente. Em 1932, por exemplo, os norte-americanos não reconhecem o Estado Independente do Manchukuo que nada mais era que um Estado fantoche criado pelo Japão na região da Manchúria pertencente à China, e meia década depois, condenaram tal invasão. Não obstante, o Japão não conseguiu derrotar a resistência chinesa e limitou-se a ocupar as províncias costeiras. Ao lado da China, os Estados Unidos procuraram conter o Japão, em aliança com as potências coloniais não asiáticas, como o próprio Reino Unido e Países Baixos, necessários para contrabalançar a expansão imperialista da grande potência marítima asiática (GASPAR, 2008).

Segundo Nicholas Spykman:

“A notável semelhança da posição geográfica dos Estados Unidos em relação à Europa e à Ásia não tem, contudo, paralelo numa semelhança das relações políticas. Pelo contrário, têm sido bem diferentes. Os Estados Unidos costumam aceitar e apoiar a política continental da Grã-Bretanha, mas opõem-se sistematicamente à política continental do Japão, a potência marítima dominante na Ásia”. (SPYKMAN, 1942, n.p.)

Vale destacar alguns eventos que ocorreram durante esse período que marcaram profundamente o contexto pré Segunda Guerra Mundial. Economicamente, por exemplo, vivia-se o cenário da Grande Depressão da década de 1930 a qual teve um impacto devastador em todo o mundo, levando ao desemprego em massa, à instabilidade financeira e à queda do comércio internacional. Isso gerou prejuízos econômicos entre as nações e exacerbou os problemas políticos já existentes (GASPAR, 2008).

Aliado a isso, o surgimento de regimes totalitários, como o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália e o expansionismo imperialista no Japão, trouxe consigo ideologias agressivas e expansionistas que desafiaram a ordem internacional estabelecida. Diante das crescentes ameaças representadas por tais regimes, algumas potências adotaram uma política de acomodação e apaziguamento, na tentativa de evitar um conflito em larga escala. No entanto, essa abordagem mostrou-se ineficaz diante da agressão contínua desses regimes (GASPAR, 2008).

Dada a incapacidade das potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial em lidar de forma eficaz com as questões pendentes, como as reparações de guerra impostas à Alemanha, criou ressentimentos e instabilidade política na Europa. Aliada a inépcia da Liga das Nações em evitar a agressão e resolver conflitos de forma eficaz minou a confiança na diplomacia internacional e na capacidade de manter a paz e a segurança globais (GASPAR, 2008).

Essas questões, somadas a uma série de eventos específicos, como a própria invasão da Manchúria pelo Japão, a remilitarização da Renânia pela Alemanha e a anexação da Áustria, realizaram um clima de tensão e incerteza que eventualmente desencadeou a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939 (GASPAR, 2008).

O firmamento da aliança entre a Alemanha e o Japão em setembro de 1940 e sacramentou a regra de diferenciação na política externa dos EUA: na II Guerra Mundial, a fim de assegurar o equilíbrio para a balança do poder mundial, os Estados Unidos, na Europa, estiveram ao lado da principal potência marítima contra a Alemanha e, na Ásia, em guerra contra a principal potência marítima (GASPAR, 2008).

Na realidade, pouco antes do fim formal da segunda guerra, entre os dias 4 e 11 de fevereiro de 1945, ocorreu a conferência de Ialta, que contou com a presença dos três líderes das potências aliadas: Josef Stalin (União Soviética), Franklin Roosevelt (Estados Unidos) e Winston Churchill (Reino Unido), debateram temas que definiriam o futuro da Europa e do restante do mundo após a derrota do Eixo. Passando desde tópicos como a partição da Alemanha nazista, o auxílio aos desabrigados da guerra, a divisão das zonas de ocupação dos exércitos vitoriosos etc. (LÂMONICA, 2021).

Todavia, não é uma surpresa dizer que o desfecho da Segunda Guerra Mundial concomitantemente finalizou e iniciou mais um capítulo na política internacional, tendo em vista o novo conflito que estava começando. Esse que apesar de muito mais ideológico e velado, sem enfrentamento direto dos dois principais combatentes iria definitivamente travar batalhas em todos os cantos do mundo: A Guerra Fria.

Imediatamente após o fim da guerra até 1991 (quando a União Soviética foi dissolvida), os EUA, com o objetivo de conter a influência soviética em todo o mundo, adotaram uma política externa agressiva. Tanto que levou o país a realizar intervenções diretas em territórios estrangeiros para sobrepor/reduzir a influência dos soviéticos, como por exemplo a Coreia, o Vietnã e o Afeganistão ou com apoio a regimes autoritários em países em desenvolvimento, como forma de segurança o alinhamento dessas regiões aos interesses norte-americanos. Não obstante, a Guerra Fria levou os EUA a estabelecerem alianças militares com outros países, como a OTAN, que foi criada em 1949 como uma forma de proteger a Europa Ocidental da

ameaça soviética. Essas alianças militares permitiram que os EUA mantivessem uma presença militar em todo o mundo, o que lhes permitiu projetar seu poder e influência em outras regiões (GASPAR, 2008).

A inversão das alianças, no princípio da Guerra Fria, consolidou essa regra, mas com um novo alinhamento, uma vez que os principais aliados dos Estados Unidos na estratégia de contenção da União Soviética vão ser os seus inimigos da II Guerra Mundial – o Japão e a Alemanha. A convergência com o Japão consolidou-se com a tomada do poder comunista na China, a integração da República Popular da China no «campo socialista» e a Guerra da Coreia. Nessa altura, os Estados Unidos estabeleceram um conjunto de alianças militares bilaterais com o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan e as Filipinas, com que formaram o sistema de segurança regional norte-americano na Ásia Oriental. Esse modelo, o sistema hub and spokes, em que os Estados Unidos são o centro e os raios as alianças bilaterais com os parceiros asiáticos é fundamentalmente diferente do modelo europeu, onde os Estados Unidos institucionalizaram um sistema de segurança colectiva regional com a formação da Aliança Atlântica. (GASPAR, 2008, pg.120)

Em geral, os principais aspectos da política externa americana para a Ásia evoluíram ao longo do tempo e foram influenciados por diversos fatores. Mas há alguns aspectos-chave que merecem destaque: Estratégia de Contenção; Alianças; Envolvimento Económico; Cooperação em Segurança e Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos implementaram uma estratégia de contenção na Ásia para impedir a propagação do comunismo. Esta estratégia foi exemplificada pelo envolvimento dos EUA na Guerra da Coreia e na Guerra do Vietnã. Nesse primeiro conflito, que durou de 1950-1953, os EUA intervieram na em apoio à Coreia do Sul, que estava sendo invadida pela Coreia do Norte comunista. Os norte-americanos lideraram as forças das Nações Unidas na Guerra da Coreia, fornecendo a maior parte das tropas e recursos para combater as forças norte-coreanas e chinesas. Tudo isso corroborando com a estratégia de contenção comunista, em linha com a Doutrina Truman (MCDOUGALL, 2024).

Por fim a Guerra da Coreia resultou em um armistício, que dividiu a península coreana em dois países: Coreia do Sul e Coreia do Norte. A presença militar contínua dos EUA na Coreia do Sul até hoje é um legado direto desse conflito. Similarmente, na Guerra do Vietnã (1955-1975), os Estados Unidos gradualmente aumentaram seu envolvimento no Vietnã do Sul passando de apoio militar e econômico para o envio de tropas terrestres. para combater a insurgência comunista do Vietnã do Norte. O envolvimento americano foi impulsionado pela política de contenção e pela crença na teoria do dominó. Porém, a guerra se tornou um conflito prolongado e altamente controverso que dividiu a sociedade americana e teve um impacto significativo na política interna dos EUA. Os protestos contra a guerra e a crescente oposição pública levaram à retirada gradual das tropas americanas e a uma reavaliação da política externa dos EUA (MCDOUGALL, 2024).

Outrossim, os Estados Unidos estabeleceram alianças fortes com países da Ásia, como o Japão e a Coreia do Sul, para manter a estabilidade e a segurança na região. Estas alianças têm sido cruciais para dissuadir a agressão e promover a cooperação económica. Tal como promover iniciativas como a “*Trans-Pacific Partnership*”, em tradução livre "Acordo de Associação Transpacífico (TPP). Concomitantemente, os EUA também se envolveram na cooperação em segurança com países da Ásia para enfrentar desafios de segurança comuns, como o terrorismo, a segurança marítima e a segurança nuclear (MCDOUGALL, 2024).

Referente à Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos, vale destacar o apoio estadunidense aos movimentos de reforma política e liberdades civis em países como Mianmar e China por exemplo. Nesse último, vale destacar as relações turbulentas que se apresentam na contemporaneidade e como a política externa dos EUA na Ásia tem sido moldada pela competição estratégica com a China. Esses aspectos realçam a natureza multifacetada da política externa americana na Ásia, que foi moldada por acontecimentos históricos, dinâmicas regionais e desafios geopolíticos em atividade (MCDOUGALL, 2024).

Para além disso, o temor dos norte-americanos para com uma eventual proliferação comunista na Ásia, que imputaram diversos tratados de cooperação militar como o Acordo de Defesa EUA-Filipinas em 1951 revia a cooperação em caso de ataque armado contra qualquer um dos signatários; o Tratado de Segurança EUA-Japão - 1951 (revisado em 1960), o qual previa a defesa do Japão pelos Estados Unidos e permitia a presença de forças militares americanas em território japonês; A Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) em 1954, uma aliança de defesa coletiva que contava com Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Reino Unido, mas nunca concretizou como uma força militar conjunta efetiva; Tratado de Defesa Mútua EUA-Coreia do Sul em 1953 que estabeleceu a presença militar dos EUA na Coreia do Sul; o Tratado de Defesa Mútua EUA-Taiwan em 1954 o qual garantia de defesa mútua entre os EUA e Taiwan (embora este tratado tenha sido anulado em 1979, quando os EUA reconheceram a República Popular da China, mas a Lei de Relações com Taiwan de 1979 continuou a fornecer uma base para a cooperação de segurança); Tanto o Acordo de Defesa EUA-Tailândia quanto o Acordo de Assistência Militar EUA-Paquistão ambos em 1954 basicamente para contrabalançar a influência comunista na região (ESTADOS UNIDOS, 2020).

Entretanto, apenas cooperações militares não foram suficientes para sustentar seus interesses políticos e sua influência na região, portanto, os EUA também fomentaram diversos acordos e iniciativas económicas na Ásia Incluindo países asiáticos no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) a fim de promover o comércio internacional, através da redução

de tarifas e outras barreiras ao promover o comércio multilateral; promover acordos bilaterais tais como com o Japão, Coreia do Sul e Filipinas; adoção do Programa de Assistência Alimentar (Lei Pública 480 ou PL-480, também conhecido como “*Food for Peace*”), que consiste basicamente em utilizar excedentes agrícolas dos EUA para combater a fome e promover a estabilidade econômica em países asiáticos necessitados, contribuindo para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural; iniciativas econômicas como por exemplo a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Fundo Asiático de Desenvolvimento (“*Asian Development Fund*”), apoiando o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) enviando essas iniciativas que visavam sobretudo EUA financiar projetos de desenvolvimento em países asiáticos e estreitamente laços com os países asiáticos (ESTADOS UNIDOS, 2020).

Esses acordos e iniciativas econômicas foram componentes cruciais da estratégia dos EUA para promover a estabilidade, o desenvolvimento e contrabalançar a influência comunista na Ásia durante a Guerra Fria, todavia uma delas merece destaque prestada como demais quando o assunto é Japão: o Plano Colombo e a Doutrina Yoshida.

1.1- O Plano Colombo

O Plano Colombo para o Desenvolvimento Econômico e Social Cooperativo na Ásia e no Pacífico foi concebido na Conferência da “*Commonwealth*” sobre Relações Exteriores realizada em Colombo, atualmente pertencente ao Sri Lanka em janeiro de 1950 e foi lançado em 1º de julho de 1951 como um empreendimento cooperativo para o desenvolvimento econômico e avanço social dos povos do sul e sudeste da Ásia. Inicialmente o projeto abrangia três países asiáticos: Índia, Paquistão e Ceilão (hoje Sri Lanka) além de colônias britânicas do Extremo Oriente (Malásia, Cingapura, Bornéu do Norte, Sarawak e Brunei). Todavia, havia abertura para a entrada de novos países membros na região (BLACKTON, 2014).

As reuniões evidenciaram um ponto de concordância fundamental, que o totalitarismo não poderia ser evitado apenas por meios militares, um programa de ajuda mútua deve complementar esforços individuais dos países asiáticos para alçar seus padrões de vida a níveis mais elevados e então alcançar a estabilidade econômica e política (BLACKTON, 2014).

The Plan is an effort to cement Commonwealth ties by a concerted attack on the problems created by Asian poverty and Asian nationalism, and indirectly - though this is not stressed by its sponsors - to combat Communist influence in that part of the world. (BLACKTON, 2014, pg.27)

Cada país membro prepararia, até 1º de setembro de 1950, um plano de seis anos para atender às suas necessidades de desenvolvimento. Tais planos seriam considerados e postos em

prática em uma reunião em Londres em novembro daquele mesmo ano. Seria estabelecido um programa de três anos da “*Commonwealth*” para assistência técnica, além de que o programa poderia ser adaptado -caso necessário-, para atender a novas condições no futuro. As nações não pertencentes à “*Commonwealth*” no sul e sudeste da Ásia foram informadas sobre a iniciativa e convidadas a participar. Os governos representados no Comitê Consultivo foram encorajados a tomar outras medidas individuais para promover os objetivos do Plano (BLACKTON, 2014).

Todavia, nem tudo são flores, pois alguns críticos apontam algumas problemáticas em torno do Plano Colombo, tais como a questão dos “*landlordismo*” (que seriam os grandes proprietários de terra financiados por essas iniciativas), e a organização do trabalho, foram pouco desenvolvidas no plano, o que poderia levar à exploração comunista. Ademais, alguns países não participaram do plano devido a diferenças políticas e raciais, tal como a África do Sul, a qual não participou porque os princípios do plano iam contra as visões sul-africanas sobre raça e áreas subdesenvolvidas. Não obstante, outra crítica foi que o sucesso do plano dependia em grande parte do apoio financeiro dos Estados Unidos, o que poderia ser difícil de garantir em um período de rearmamento e crescente ênfase na Europa com o andamento do plano Marshall. E claramente, havia também as críticas enquanto isso seria uma iniciativa imperialista do ocidente sobre o oriente (BLACKTON, 2014).

O Japão entrou no Plano Colombo em outubro de 1954, como um país doador com o patrocínio da Austrália. Um ano antes, quando o governo japonês solicitou participar da quinta reunião do Comitê Consultivo em Nova Delhi como observador, suas esperanças foram frustradas pela forte oposição da Austrália, uma vez que outros países membros não estavam preparados para tomar a iniciativa de patrocinar a admissão do Japão. A mudança dramática na posição da Austrália em relação ao envolvimento do Japão no Plano Colombo foi reconhecida pelo governo japonês como a primeira iniciativa australiana para melhorar as relações bilaterais desde a retomada das relações diplomáticas em abril de 1952 (AULETTA, 2010).

Dessa forma, a entrada do Japão no Plano Colombo permitiu que o país se envolvesse em projetos de desenvolvimento econômico e técnico em países em desenvolvimento da região Ásia-Pacífico, o que ajudou a melhorar sua imagem internacional após a Segunda Guerra Mundial (AULETTA, 2010).

1.2- A Era Yoshida e a Ocupação dos EUA

A Doutrina Yoshida foi um conjunto de políticas de segurança e relações exteriores pós-guerra desenvolvidas pelo primeiro-ministro japonês Shigeru Yoshida durante a ocupação aliada no Japão após a Segunda Guerra Mundial e praticamente durante todo o período da Guerra Fria. A doutrina foi baseada em três princípios: 1) A recuperação econômica deve ser o primeiro objetivo nacional (cooperação político-econômica com os EUA era necessária para esse propósito); 2) o Japão deveria abdicar da reconstrução de suas forças armadas e evitar envolvimento em assuntos político-estratégicos; 3) Para assegurar sua segurança a longo prazo, o país iria ceder seu território para bases às Forças Armadas aos EUA. Assim, ao se concentrar em manter uma capacidade baixa de autodefesa, evitou a necessidade de grandes gastos militares e permitiu que o país se concentrasse em sua recuperação econômica (WATANABE, 2011).

Com o fim da guerra, apesar da ocupação dos Aliados ter sido liderada pelos Estados Unidos, tanto a URSS quanto o Reino Unido tentaram intervir na ocupação por diversas vezes, mesmo com o consentimento da União Soviética com relação à nomeação de um General estadunidense para comandar as Forças Aliadas. Douglas MacArthur, manteve uma postura firme e sempre refutou influências externas, mantendo total controle estadunidense sobre o Japão, principalmente porque a União Soviética procurava restabelecer seu império sobre a região de Hokkaido (WATANABE, 2011).

Os russos começaram a causar problemas desde o início. Eles pediram que suas tropas ocupassem Hokkaido, a ilha ao norte do Japão, e ainda, dividir o país em dois. As suas Forças não estariam sob o comando do Comandante Supremo, sendo totalmente independentes. Eu recusei. [...] Ele prosseguiu e afirmou que as Forças Russas iriam entrar com ou sem minha aprovação. Eu respondi afirmando que se um único soldado soviético entrasse no Japão sem minha autorização, eu colocaria de uma vez toda a missão russa, incluindo ele mesmo, na prisão. (MACARTHUR, 1964, n.p.)

Todavia, os britânicos e soviéticos insistiam que o Japão deveria ser dividido em zonas, como a Alemanha. Havia sido planejado pelo Pentágono, em 16 de agosto de 1945, que o território japonês seria dividido entre os Aliados vencedores e a China a fim de dividir os custos da ocupação. Entretanto, o planejamento dessa divisão nunca foi levado adiante. Segundo o próprio General MacArthur, a divisão da Alemanha havia sido um erro fatídico, e que os Estados Unidos estavam bancando 75% da ocupação, além de que nem a URSS quanto o Reino Unido forneceu tropas para lutar no pacífico quando os EUA solicitaram. Por fim, salve a exceção de uma pequena área controlada pela Força de Ocupação da Comunidade Britânica e das Ilhas Kurilas tomadas pela União Soviética, o Japão ficou totalmente sob domínio estadunidense (WATANABE, 2012).

Até o final da Segunda Guerra Mundial, a economia do Japão girava em torno de grandes conglomerados industriais conhecidos como *zaibatsu*. Essas empresas eram basicamente controladas por uma elite e tinham domínio sobre os mais diversos ramos da economia: minas, plantações, fábricas, bancos, jornais, ferrovias dentre outros -Entre esses conglomerados, vale destacar a Mitsubishi, a Kabushiki e a Sumitomo-. A ligação entre essas companhias e o governo se deu a partir da década de 1930, quando começaram a beneficiar-se dos territórios e dos recursos conquistados no exterior. Todavia, com o início da ocupação norte-americana, o governo de Washington já demonstrava interesse em dissolver esses "impérios" industriais. Tanto que em seis de novembro de 1945, o General MacArthur ordenou a separação de todos os conglomerados industriais a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico de forma mais democrática e pacífica no país. Resultando em 26 conglomerados dissolvidos e reestruturados, 11 reorganizados e 30 ficaram intactos, sendo que algumas dessas empresas só conseguem se restabelecer anos depois, a exemplo da Mitsubishi e da Mitsui, que chegaram a ser divididas em 213 empresas (WATANABE, 2011).

A economia do arquipélago estava totalmente destruída. Os preços, de 1945 até 1948, aumentaram em até 700% e, em 1948, as indústrias não atingiam 1/3 do nível de produção anterior à guerra. Mesmo com os esforços dos Estados Unidos, a economia não parecia responder positivamente nos primeiros anos da ocupação. Dower (1979) afirma que a crise gerada pela guerra foi intensificada pela falha das 42 autoridades em definir e implementar dois programas: desconcentração e reparação. Os capitalistas japoneses não tinham interesse em reconstruir as empresas ou investir nelas, pois elas poderiam ser fechadas ou dissolvidas. (SUGITA, 2003, p.50)

Em 1946, já com os principais objetivos da ocupação praticamente alcançados - desmilitarização e democratização-, os EUA concluíram que as condições econômicas do Japão ditariam se o país no futuro se aliaria aos Estados Unidos ou a algum inimigo. Como o país já estava fraco militarmente, a recuperação econômica tornou-se uma preocupação dos Estados Unidos, mesmo não sendo parte dos objetivos iniciais da ocupação. É cabível afirmar, que a preocupação com a Guerra Fria foi o grande motor para o engajamento norte americano em recuperar a economia japonesa (SUGITA, 2003).

Todavia a inflação vista entre 1947 e 1948 surge como uma ameaça ao sucesso da ocupação. Os Estados Unidos não estavam mais tão dispostos a continuar a prover os auxílios econômicos que vinha fornecendo. Assim, em 1948, Truman enviou a MacArthur um programa de estabilização econômica baseado em nove pontos o que ficaria conhecido como "Nine-Point Program": 1) balanço do orçamento; 2) aumento da eficiência dos impostos coletados; 3) limitar o crédito; 4) regular salários; 5) regular preços; 6) controlar o comércio exterior; 7) aumentar exportações; 8) ampliar a produção industrial; 9) impulsionar a eficiência do programa de coleta de alimentos. Para a aplicação desses pontos, Truman indicou Joseph Dodge, presidente do

Banco de Detroit na época, e ele seria responsável por criar o Plano Dodge. Plano esse, que se provaria muito eficaz, pois a temida inflação que assolava o país caiu de 80% em 1948 para 24% em 1949, o preço de bens no mercado negro caiu 35% entre janeiro de 1949 e maio de 1950 dentre outros indicativos de sucesso (WATANABE, 2012).

Ademais, a Guerra da Coreia em 1950 surge como uma oportunidade de ouro para a economia do Japão que entre 1950 e 1953 devido às demandas da guerra no país vizinho vislumbrar a entrada de mais de dois bilhões de dólares, mais que o total recebido entre 1945 e 1951 dos Estados Unidos por outras vias. Após o término do conflito, os EUA continuam impulsionando esse mercado, trazendo 1,71 bilhão de dólares entre 1954 e 1956. Com as receitas, o país conseguiu dobrar sua capacidade produtiva. A Toyota, fabricante de veículos, aumentou sua produção em 40%. Foi aproximadamente nesse período que o Japão começou a comprar licenças e patentes americanas, ato que era apoiado pelo governo norte-americano, afinal, era fundamental para o bem-estar econômico de seu ainda frágil aliado da Guerra Fria (WATANABE, 2012).

Próximo ao fim da ocupação, quando o governo norte-americano assumiu que os objetivos iniciais estavam praticamente concluídos, o diplomata George Kennan demonstrou receio com a situação do Japão. Pois, sem um tratado formal, o Japão poderia aliar-se à URSS. E dado as capacidades produtivas, o arquipélago representava um poder estratégico na região. Assim -apesar de ter sido assinado em 1949-, entra em vigor o Tratado de São Francisco no início da década de 50. Tal tratado foi assinado pelos Aliados e pelo Japão, e estabeleceu as condições para a restauração da soberania japonesa. Em suma o tratado que o Japão deveria renunciar a todas as reivindicações territoriais adquiridas durante a guerra, reconhecer a independência tanto da Coreia quanto de Taiwan, e aceitar a presença militar dos Estados Unidos em seu território. Em troca, os Aliados concordaram em devolver a soberania japonesa e encerrar a ocupação (WATANABE, 2011).

Todavia, as forças militares dos Estados Unidos permaneceram no Japão, mas agora como aliados e não como ocupantes por meio do Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA (assinado em 1960) -vale ressaltar que presença militar americana no país foi justificada sob o argumento de garantir a segurança do Japão frente à ameaça comunista-. Dessa forma, o Japão se tornou um aliado dos Estados Unidos na Guerra Fria até a contemporaneidade, afinal, esse acordo estabeleceu a presença de bases militares dos Estados Unidos no território japonês, o que seguiu em atividade até os dias atuais (WATANABE, 2011).

2-Transformações no Japão

Esse tópico tem como objetivo selecionar a análise das implicações dos processos previamente citados a fim de elencar e analisar de forma mais intimista pontos referentes a cada uma das seguintes sessões.

2.1-Políticas

Uma transformação quase que imediata no âmbito político foi a transformação da imagem do imperador japonês. Durante a ocupação dos Estados Unidos no Japão, a questão do imperador foi um assunto delicado e complexo. Os Aliados, incluindo os Estados Unidos, tinham o objetivo de desmilitarizar e democratizar o Japão, e havia discussões sobre o papel do imperador no novo Japão pós-guerra (WATANABE, 2011).

A princípio, os Aliados consideraram a possibilidade de julgar o imperador Hirohito como criminoso de guerra, afinal o mesmo estava no comando do país durante o conflito. Entretanto, em parte devido à preocupação de como isso impactaria o Japão, a decisão final foi de não responsabilizar o imperador pelos crimes de guerra (WATANABE, 2011).

Em vez disso, os Aliados optaram por manter o imperador como uma figura simbólica e com poderes limitados. Durante a ocupação, o imperador Hirohito foi mantido no trono, mas sua autoridade foi reduzida significativamente. Ele teve que abdicar do seu status de divino e foi forçado a renunciar a qualquer envolvimento político direto, o que por si só já configurou uma alteração profunda uma vez que o sistema imperial do Japão se iniciou em 600a.c. e assim manteve-se por mais de dois mil anos até então (WATANABE, 2011).

Entretanto, para eles, o Imperador era inseparável do Japão. “Um Japão sem o Imperador não é Japão.” “O Japão sem imperador não pode ser imaginado.” “O Imperador japonês é símbolo do povo japonês, o centro de sua vida religiosa. É um objeto super-religioso.” Nem tampouco seria culpado pela derrota, se o Japão perdesse a guerra. “O povo não considera o Imperador responsável pela guerra.” “Em caso de derrota, o ministério e os líderes militares é que levariam a culpa, e não o imperador.” “Mesmo se o Japão perdesse a guerra, dez entre dez japoneses ainda reverenciam o Imperador.” (BENEDICT, 2007, p. 34)

Figura 1- General Douglas MacArthur e o Imperador Hirohito, 1946.



Fonte:FRANK,2020

Ademais, com o fim da guerra, uma nova constituição foi outorgada, conhecida como Constituição de 1947, a qual foi elaborada sob a supervisão das forças de ocupação lideradas pelo General Douglas MacArthur, aquele que na prática detinha a palavra final neste assunto. A constituição em si possui 103 artigos, mas os pontos importantes sobre essa constituição incluem: Supremacia Civil, que basicamente significa a supremacia civil sobre o militarismo, personificado no fim do poder político do imperador e a ascensão da soberania popular como base do governo; a institucionalização de direitos individuais como liberdade de expressão, liberdade de religião, direito à educação e igualdade perante a lei; a repartição dos poderes entre o legislativo, executivo e judiciário, com um forte foco na democracia parlamentar; e o Artigo 9, talvez o mais emblemático da constituição inteira, pois ele denota a renúncia ao direito de guerra e proíbe o país de manter forças militares para a resolução de disputas internacionais, consagrando o Japão como uma nação pacifista (ALMOG, 2014).

Não obstante, com a implementação da nova constituição, o Japão passou a ser por definição uma monarquia constitucional com um sistema parlamentar democrático. Nesse sentido, a Dieta (nome do sumo órgão do poder estatal e o único corpo legislativo), tem prioridade

sobre o poder executivo. A designação do primeiro-ministro, que chefia o poder executivo, é feita após uma resolução da Dieta. Essa, é composta por duas Câmaras: a Câmara dos Deputados (480 cadeiras) e a Câmara dos Conselheiros (252 cadeiras). Os membros da dessa primeira são eleitos para mandatos de quatro anos, enquanto os membros da Câmara dos Conselheiros são eleitos por um período de seis anos -sendo que metade a cada três anos metade é renovada- (JAPÃO, 2017).

Apesar da repartição em três poderes ter como objetivo prover um equilíbrio entre esses, no modelo japonês o executivo e o legislativo não são tão independentes entre si. Afinal, o Primeiro-Ministro (cargo máximo do poder executivo) é um membro da Dieta eleito pelos seus componentes. O Gabinete consiste em 20 Ministros de Estado, no máximo, escolhidos por ele, mas não apenas ao menos metade dos membros do Gabinete devem ser representantes da Dieta, -pela qual são coletivamente responsáveis-, mas a própria Dieta deve ser representada no mínimo por metade dos membros do Gabinete (JAPÃO, 2017).

Por fim, temos o poder judiciário, o qual é completamente independente do Executivo e do Legislativo. Seu corpo é composto por um Supremo Tribunal -composto por um Presidente nomeado pelo Imperador, após designação do Gabinete, e por 14 magistrados nomeados pelo próprio Gabinete-, oito altos tribunais, um tribunal distrital para cada província (exceto em Hokkaido, que possui quatro) e pelos tribunais sumários. Nesse, os processos devem tramitar publicamente, tal como as resoluções de julgamentos – salvo exceção caso o tribunal por unanimidade reconheça que essa ação poderia lesar a ordem pública e moral-. Resumidamente, o Japão passou a adotar um modelo análogo ao da Grã-Bretanha ao mesmo tempo que se difere do sistema utilizado pelos estadunidenses, no qual os três poderes estão, em teoria, nivelados em igualdade plena (JAPÃO, 2017).

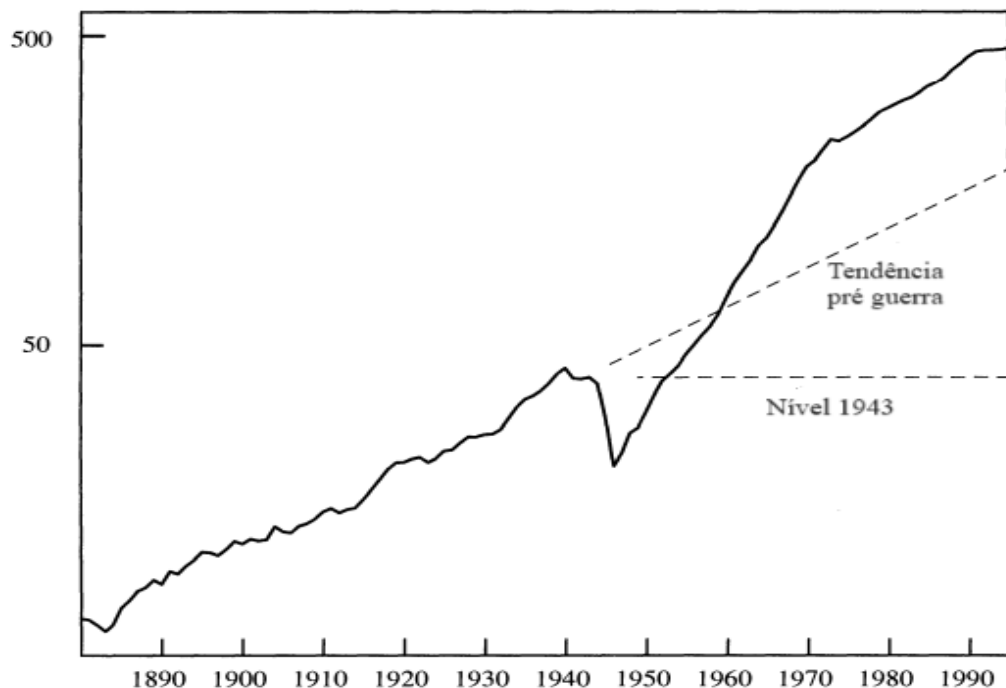
Outra questão política bem marcante é o Tratado de Segurança Japão-EUA, que teve em seu desenrolar significativos impactos na política tanto interna quanto externa do Japão. A começar pela mais evidente que é a questão da segurança, pois como já mencionado antes, ambos os países concordaram em cooperar na defesa mútua em caso de ameaça ou agressão armada contra qualquer um deles. Isso resultava no compromisso dos Estados Unidos de defender o Japão em caso de ataque, e o Japão, por sua vez, permitiria a presença de bases militares dos EUA em seu território. Ainda, a presença de tais bases militares contribuíram também para assegurar estabilidade regional uma vez que dado o contexto da Guerra Fria, a presença militar dos EUA no Japão garantiu uma presença estratégica na região e contribuiu para a estabilidade e segurança do país nipônico. Outrossim, ao aliar-se aos Estados Unidos, o Japão passou a ter um papel ativo nos assuntos internacionais. Tal aliança, ajudou a consolidar

a imagem do Japão como um país pacifista e contribuinte para a paz e segurança regional (WATANABE, 2012).

2.2-Econômicas

Como já mencionado, a profunda inflação que assolou o Japão no fim da década de 50 preocupava e muito o governo de Washington. Tanto que enviaram Joseph Dodge, um banqueiro, para aplicar o “Nine-Point Program” de Truman. As políticas fiscal e monetária conhecidas estabilizaram a economia e prepararam o terreno para um renascimento do investimento e do crescimento. Os primeiros quatro pontos continham disposições anti-inflacionárias que formaram o núcleo do plano de Dodge e eram os seguintes: 1) equilibrar o orçamento geral; 2) reforçar a coleta de impostos; 3) restringe o crédito; e 4) estabilizar os períodos. Os cinco pontos seguintes continham considerações para um controle adicional e eram os seguintes: 5) fortalecer e ampliar os controles de preços; 6) melhorar e fortalecer os controles comerciais e cambiais; 7) aprimorar o sistema de racionamento de materiais; 8) aumentar a produção doméstica de matérias-primas e bens fabricados; e 9) melhorar a coleta de cargas de alimentos (WATANABE, 2012).

Figura 2- PIB real, Japão, 1880-1995 em trilhões de ienes de 1990 (escala logarítmica)



Fonte: ITO, 1996

Aliado ao início da Guerra da Coreia em 1950 propício a revitalização do setor industrial japonês e tiraram a economia de uma profunda recessão causada pela estabilização. A partir dessa base, a expansão da economia tornou-se autossustentável. Após o início da guerra, os

Estados Unidos forneceram ajuda à Coreia do Sul, o que resultou em uma mudança repentina na situação econômica do Japão. As encomendas se concentraram em compras especiais e munições, o que levou a um rápido crescimento das exportações devido à demanda mundial acompanhando a expansão militar. Isso resultou em um aumento acentuado nos mercados, eliminação dos estoques acumulados, e um aumento na produção de mineração e fabricação em um ritmo acelerado. Além disso, o equilíbrio de pagamentos melhorou, as fontes de fundos foram abundantes e os lucros reduzidos (HAMADA; KASUYA, 1992).

Durante a década de 1960, a economia japonesa passou por um período de rápido crescimento e transformação, marcando o início do que ficou conhecido como o "milagre econômico japonês". Alguns dos principais aspectos e eventos que caracterizaram a economia japonesa na década de 1960 incluem: a escalada nas exportações e no comércio internacional, uma vez que o Japão expandiu significativamente suas exportações, pois demanda por produtos japoneses, especialmente nos mercados ocidentais, impulsionou o crescimento econômico do país e o elevou a nível de um importante ator no comércio internacional; os elevados investimentos e incentivos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, incluindo incentivos fiscais, subsídios, apoio financeiro, parcerias público-privadas, estimular a formação de clusters industriais, cujas empresas do mesmo setor se agrupam em uma determinada região para promover a colaboração, compartilhar recursos e contribuições a inovação resultando em avanços em setores como eletrônicos, automóveis e tecnologia da informação; A estabilidade nas relações trabalhistas com sindicatos e empresas colaborando para garantir a produtividade e o crescimento econômico; e os investimentos em infraestrutura para apoiar o crescimento econômico e a modernização do país (SAVAGE, 2002).

Sobre esse último, vale destacar que além de dedicar-se significativamente em sua rede de transporte, incluindo a construção de extensas redes ferroviárias de alta velocidade ("*Shinkansen*"), modernização de aeroportos e expansão de rodovias e sistemas de transporte público em áreas urbanas, o governo japonês também se devotou em: desenvolver portos modernos e eficientes para facilitar o comércio internacional e o transporte marítimo, a exemplo de portos como o de Tóquio, Yokohama e Osaka foram expandidos e modernizados para lidar com o aumento do volume de carga; progrediu em infraestrutura de energia planejada, incluindo usinas nucleares, termelétricas, hidrelétricas e investimentos crescentes em energias renováveis, como solar e eólica, para garantir um fornecimento de energia estável para o país; aprimoramento nas redes de tecnologias de comunicação, incluindo a expansão da infraestrutura de tecnologias de comunicação de ponta para apoiar a conectividade e a inovação tecnológica; investimentos em sistemas de abastecimento de água potável, tratamento de águas

residuais e infraestrutura de saneamento para garantir a qualidade da água e a saúde pública em todo o país; e projetos de desenvolvimento regional, incluindo a construção de estradas, pontes, escolas, hospitais e outras instalações para promover o desenvolvimento equilibrado em todo o país. Essas medidas de desenvolvimento de infraestrutura desempenharam um papel fundamental no crescimento econômico e na qualidade de vida no Japão, contribuindo para a modernização e a competitividade do país em nível global (SAVAGE, 2002).

Na seguinte, diversos eventos marcaram a economia do Japão, mas com certeza o que mais merece destaque foi a crise do petróleo de 1973. Tal crise, teve um impacto significativo na economia japonesa, uma vez que o mesmo já era um relevante importador de petróleo, logo o aumento nos preços do petróleo acabou desacelerando significativamente o crescimento econômico. Todavia, apesar dos desafios econômicos, a década de 1970 foi marcada por avanços inovadores em inovação tecnológica no Japão. Empresas japonesas como Sony, Toyota, Honda, Nissan Panasonic se destacaram globalmente nesse período (ITO, 1996).

Porém, nesse mesmo período, houve intensas disputas comerciais e intensas com os norte-americanos em relação ao comércio de automóveis. Os Estados Unidos acusaram o Japão de práticas comerciais desleais, como dumping (venda de produtos a preços abaixo do custo de produção) e manipulação cambial, que proporcionaram às empresas automotivas japonesas uma vantagem competitiva injusta no mercado global. Essas intenções resultaram em negociações comerciais e pressão por parte dos Estados Unidos para que o Japão abrisse mais seu mercado automotivo aos fabricantes americanos e reduzisse as barreiras comerciais que dificultavam a entrada de veículos americanos no mercado japonês. Como resultado o Japão implementou acordos voluntários de restrição de exportação de automóveis para os Estados Unidos, limitando o número de carros japoneses que poderiam ser vendidos nos EUA. Mesmo assim o imbróglio entre os dois países não foi resolvido e esse impasse no setor se perpetuaria na década de 1980 sendo um dos pontos mais críticos nas relações comerciais entre os dois países e influenciou as políticas comerciais e as negociações bilaterais nesse setor por vários anos (ITO, 1996).

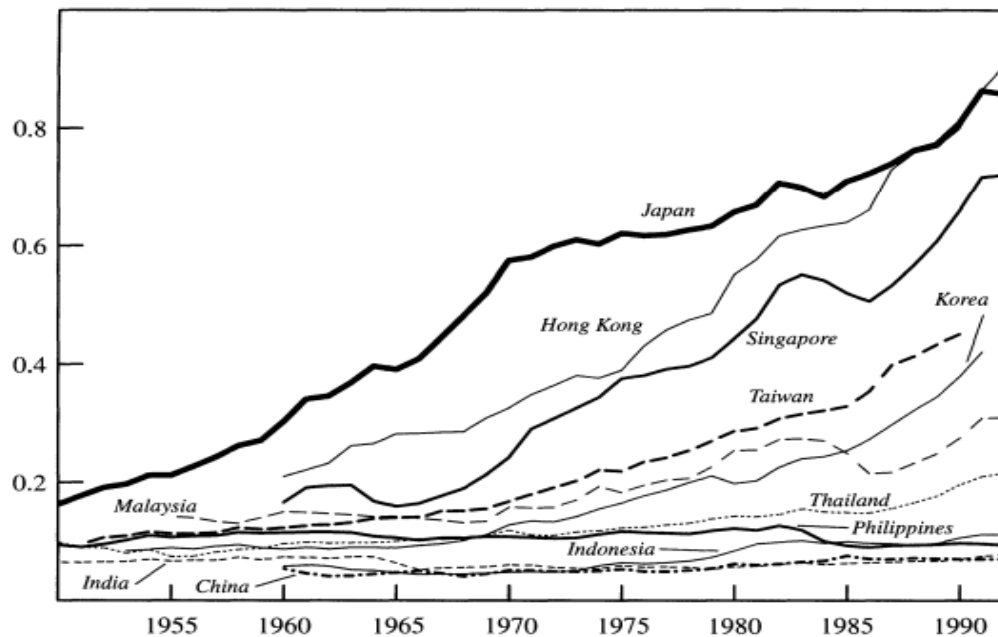
Mas, entraves econômicos entre os dois países não se restringiram apenas ao setor automotivo. No setor de eletrônicos, os Estados Unidos também expressaram preocupações sobre práticas comerciais desleais por parte do Japão. Isso incluiu alegações de dumping (venda de produtos a preços abaixo do custo de produção) e subsídios governamentais para empresas japonesas de eletrônicos. Outra questão de atrito foi a proteção da propriedade intelectual no setor de eletrônicos, com os Estados Unidos pressionando o Japão a fortalecer suas leis de direitos autorais e combater a pirataria de produtos eletrônicos. A manipulação cambial e as

políticas monetárias do Japão também foram fontes de controvérsia, com os Estados Unidos acusando o Japão de desvalorizar ou iene para obter vantagens comerciais (ITO, 1996).

Estes atritos comerciais entre o Japão e os Estados Unidos resultaram em negociações comerciais e acordos bilaterais para resolver as disputas e promover um comércio mais equilibrado e justo entre os dois países. As tensões nesses setores refletiram os desafios enfrentados na busca por relações comerciais harmoniosas e mutuamente benéficas (ITO, 1996).

Entretanto, da mesma forma que houve desentendimentos com os estadunidenses, os mesmos também se empenharam em dar suporte para os japoneses no mesmo período. Como o estabelecimento de acordos comerciais bilaterais que facilitaram o comércio entre os dois países. Isso ajudou as empresas japonesas a acessarem o mercado americano e expandirem suas exportações (dentre os quais eventualmente ocasionaram em uma balança econômica desfavorável aos próprios norte-americanos). Os Estados Unidos compartilharam tecnologia avançada com o Japão em setores como eletrônicos, automóveis e tecnologia da informação o que permitiu que as empresas japonesas melhorassem sua capacidade de produção e inovação. Além de investimento direto de empresas americanas no Japão, trazendo capital, “*know-how*” (basicamente o conhecimento de normas, métodos e procedimentos em atividades profissionais, que exigem formação técnica ou científica), e oportunidades de emprego. Isso ajudou a alavancar a economia japonesa e a fortalecer as relações comerciais além de promover a inovação e o avanço tecnológico em ambos os países. A cooperação entre os dois países beneficiou não apenas a economia japonesa, mas também contribuiu para o crescimento econômico e a estabilidade na região Ásia-Pacífico (HAMADA; KASUYA, 1992).

Figura 3-PIB per capita países selecionados do Leste Asiático em relação ao PIB per capita dos Estados Unidos, 1950-92



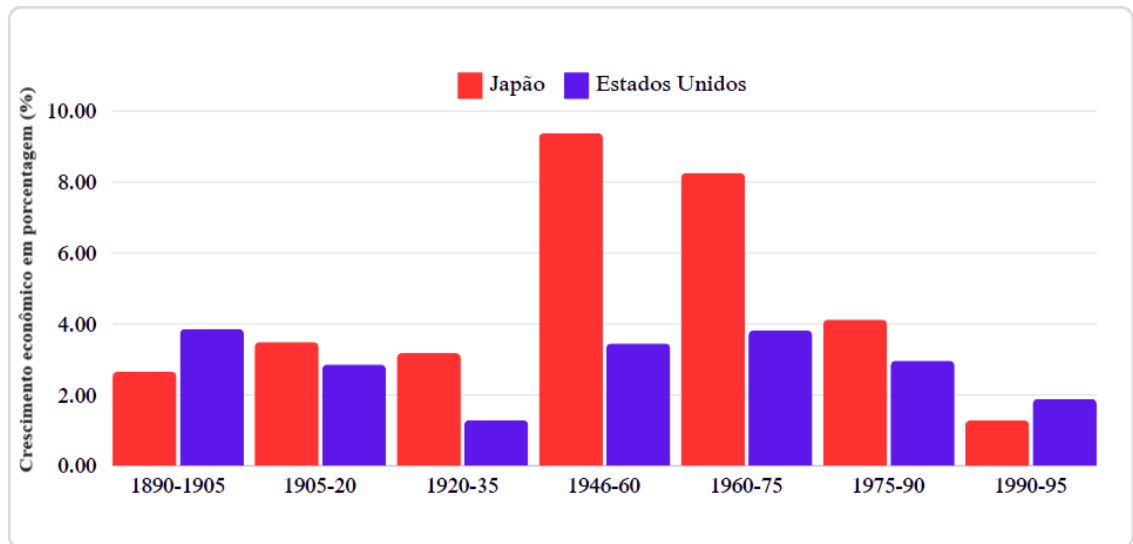
Fonte: ITO, 1996

Na década de 80, a economia japonesa viveu sua própria bolha econômica. Durante a bolha, os preços dos ativos -especialmente imóveis e ações-, aumentaram exponencialmente em um período de curto prazo. Isso levou a uma valorização excessiva dos ativos e a um clima de euforia no mercado. Aliado ao acesso fácil ao crédito e às finanças incentivou a especulação e o endividamento excessivo, alimentando o crescimento da bolha. Bancos e instituições financeiras emprestaram dinheiro de forma imprudente, contribuindo para o aumento dos preços dos ativos. Logo, muitos investidores, tanto indivíduos quanto institucionais, participantes de investimentos especulativos no mercado imobiliário e de ações, na expectativa de lucros rápidos com a supervalorização dos ativos. O clima de euforia econômica durante a bolha levou a uma crença generalizada de que os preços dos ativos continuariam a subir indefinidamente, criando uma espiral de otimismo irrealista. Desta forma, o crescimento econômico impulsionado pela bolha era insustentável, uma vez que não estava fundamentado em fundamentos sólidos da economia, como aumento da produtividade ou demanda real. Por fim, bolha econômica eventualmente estourou no início dos anos 1990, levando a uma crise financeira no Japão. Os preços dos ativos despencaram, muitas empresas faliram levando a uma década perdida de crescimento econômico e desafios persistentes no setor financeiro. (HAMADA; KASUYA, 1992).

Por fim, a década de 90 foi marcada por um período de crescimento econômico abaixo de 1% -entre 1992 e 1995-, com taxas de crescimento consideravelmente baixas em comparação

com outros países do G10. Não obstante, após a recessão ser oficialmente revelada em outubro de 1993, a recuperação econômica do Japão foi extremamente fraca, com uma taxa de desemprego acima de 3% e em contínuo aumento mesmo após dois anos e meio de recuperação. Nesse cenário, surge a questão sobre se a economia japonesa necessitava de mudanças estruturais e se as características do sistema japonês, que antes eram consideradas como pontos fortes, agora impediam as mudanças possíveis para a evolução do crescimento. Essas questões foram cruciais para a economia japonesa na década de 1990, refletindo desafios importantes enfrentados pelo país durante esse período de transição econômica (ITO, 1996).

Figura 4- Crescimento real do PIB, Japão e Estados Unidos, subperíodos selecionados



Fonte: ITO, 1996

2.3-Culturais

Essa sessão tem como função evidenciar como a imagem dos norte-americanos ficou gravada na cultura nipônica. Mesmo após os ataques nucleares e as milhares de vítimas, tanto o Plano Colombo, mas sobretudo a doutrina Yoshida contribuiu para que poucas décadas depois os EUA e o Japão se tornassem aliados fervorosos, apesar das diferenças étnica/culturais entre ambos e seu passado conturbado.

Após a Segunda Guerra Mundial, a influência dos Estados Unidos da América no Japão foi absolutamente impactante, abandonando diversos aspectos da cultura japonesa. A ocupação americana trouxe consigo não apenas mudanças políticas e econômicas, mas também uma profunda transformação cultural que moldou a sociedade japonesa da época. Uma das áreas mais afetadas foi a cultura de consumo. Com a presença dos produtos e do estilo de vida

americano, os japoneses foram expostos a um novo padrão de consumo e conforto material. A aspiração pelo "sonho americano" se tornou uma realidade palpável para muitos japoneses, que passaram a desejar e adotar produtos e práticas de consumo importados dos EUA. Isso gerou uma mudança nos hábitos de consumo, nas preferências culturais e nos valores sociais, influenciando a forma como os japoneses se relacionavam com a materialidade e o status social (MELLO, 2020).

Além disso, a influência dos Estados Unidos se estendeu ao campo educacional. Antes da guerra, o sistema educacional japonês era fortemente marcado pelo militarismo e pelo nacionalismo, com uma ênfase na uniformidade e na conformidade. Com a ocupação americana, houve uma reformulação significativa da educação no Japão, com a introdução de novos métodos, conteúdos e valores educacionais alinhados com os padrões americanos. Isso resultou em uma mudança na abordagem pedagógica, na valorização da criatividade e na promoção de uma educação mais individualizada e diversificada. Essas mudanças culturais profundas refletem a influência dos Estados Unidos na sociedade japonesa pós-guerra, marcando um período de transição e adaptação cultural. A presença americana não apenas moldou os padrões de consumo e a educação no Japão, mas também influenciou a forma como os japoneses se relacionavam com a modernidade, a tecnologia e a globalização, contribuindo para a construção de uma nova identidade cultural no país (MELLO, 2020).

Essas mudanças evidenciam a qualidade do processo dinâmico da cultura. Por outro lado, essas mesmas mudanças, mesmo às vezes pequenas, “cavam o fosso entre as gerações, que faz com que os pais não se reconheçam nos filhos” (LARAIA, 2000, p.98).

Atualmente, talvez o maior produto para a exportação da cultura japonesa mundo afora sejam os animes. Um fato que corrobora com essa narrativa e que em 2022 o seriado mais popular da televisão, foi o “One Piece” superando séries como “adivinhar” e até mesmo “Stranger Things” que além de serem produções milionárias de grandes plataformas de streaming tendiam a alcançar tal posto (GOMES, 2022).

Nesse cenário, vale destacar algumas figuras que enfatizam o sucesso, sobretudo dos EUA, na reconstrução do Japão. Afinal, a grande maioria das vezes os norte-americanos são surpreendentemente bem representados em produções culturais, como personagens dotados de muito carisma, poder e diversas outras virtudes. A exemplo por exemplo dentro do próprio “One Piece” temos o personagem Franky (Imagem 5), que além de características físicas e bordões em inglês, na obra seus poderes advém literalmente do consumo de coca-cola. Outros exemplos notáveis, são no anime “Boku no Hero”, ou simplesmente “My Hero Academia”, no

caso o personagem Almighty (imagem 6), que tem toda uma trajetória na obra para aprender a usar seus poderes nos EUA, todos seus poderes levam nomes de estados americanos, sendo o seu trunfo, seu golpe mais poderoso chama-se “United States of Smash”; e no renomado “Yu-Gi-Oh!” o personagem Bandit Keith(imagem 7).

Imagem 5: Franky (One Piece)



Fonte: ZIMMERMAN,2023

Imagem 6: All Might (My Hero Academia)



Fonte: ZIMMERMAN,2023

Imagem 7: Bandit Keith (Yu-Gi-Oh!)



Fonte: ZIMMERMAN,2023

Não obstante, outros exemplos podem ser facilmente encontrados mesmo em conceitos que em um primeiro momento aparentam ser inusitadas, como no anime “Super-Onze,” que trata de jogadores de futebol japoneses na busca do título mundial. Apesar da obra por exemplo abordar seleções renomadas do meio na vida real, como a brasileira, a italiana e a argentina, a seleção dos Estados Unidos e retratada com muito mais profundidade e também como uma seleção muito mais imponente no futebol que essas três previamente mencionadas. Não obstante, a própria música de abertura do programa, tem o refrão em inglês “*Stand up*” (em tradução livre: levante-se).

Imagem 8- Seleção dos Estados Unidos (Super-Onze)



Fonte: RANMEY [201-] década certa

Mesmo em outras produções culturais como músicas, observa-se a introdução não apenas do idioma inglês, mas também de expressões comumente utilizadas pelos estadunidenses em suas letras. A exemplo a música “*Black Catcher*” de Vickeblanka, que além de já possuir o título em inglês, no decorrer de sua letra também faz o uso do idioma: “*Let's dye this world; Even I can not grab this sword; All I need is getting Strong; We can catch the game*”(Tradução livre: Vamos tingir este mundo; mesmo eu não consigo agarrar esta espada; tudo que preciso é ficar forte; podemos recuperar o jogo).Esses são apenas exemplos, mas que explicitam a visão que foi construída no imaginário popular japonês em relação aos Estados Unidos.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, após analisar as condições impostas a Alemanha que fomentaram o revanchismo em 1939 tal como compreender as medidas que proporcionaram mudanças profundas no Japão durante a segunda metade do século 20, torna-se então possível concluir o objetivo da pesquisa: definir quais os principais métodos utilizados pelos EUA na reconstrução do Estado nipônico que desempenharam um papel significativo para a impedir o revanchismo japonês, concomitantemente em tornar os dois países muito politicamente próximos. Todavia, é necessário destacar duas ações que definitiva e efetivamente permitiram que isso ocorresse: o Plano Dodge e a manutenção do Imperador como um símbolo cultural.

O plano aplicado do banqueiro Joseph Dodge fundamentou a nova base para que a economia do Japão não apenas se reestruturasse, mas também alcançasse níveis jamais desfrutados pelo país até então. Como resultado tal plano econômico, houve uma interrupção da inflação, um superávit orçamentário, redução de subsídios, uma reavaliação do iene, eliminação de controles de preços e racionamento, e uma reestruturação econômica. Esse impulsionamento econômico foi fundamental para permitir que todas as escalas da sociedade japonesa logo funcionassem de forma harmoniosa.

A questão do imperador Hirohito, teve um impacto menos contável, porém, basta olhar para a história do mundo para ter a certeza de que assassinar um símbolo, ainda mais religioso, a maior parte das vezes resultara em conflito. Assim, até a década de 1950, o Imperador Hirohito teve uma importância significativa para a sociedade japonesa em várias frentes: como um símbolo nacional, representando a continuidade e a unidade do Japão, como um ponto de referência estável durante um período de grandes mudanças e desafios; na transição pós-guerra, pois após a rendição, o imperador ajudou a orientar o Japão na transição para a paz e a reconstrução mesmo sob uma nova constituição (em 1947) que o transformou em uma figura simbólica sem poder político real, um papel que Hirohito aceitou; como reforço identidade japonesa em si, afinal, Hirohito ajudou a manter a coesão social e cultural, promovendo uma nova identidade nacional que se afastou do militarismo e abraçou a paz e a modernização.

Em suma, Hirohito foi uma figura chave na transição do Japão de um império militarista em guerra para uma nação de importação e em transferência, desempenhando um papel vital na estabilidade e na renovação da identidade japonesa. Logo, o cenário caso o imperador tivesse sido executado, tal como os aliados inicialmente queriam, seria enxergar a chegada do ocidente como brutais após os ataques nucleares de Hiroshima e Nagasaki, que além disso assassinaram “deus” pois o imperador era a representação do divino no país, caracterizando uma humilhação sem precedentes no país. Isso criaria um cenário muito mais hostil e que indicaria o surgimento

de um revanchismo japonês contra os membros dos aliados.

REFERÊNCIAS

ALLEN, James S. MARSHALL PLAN: Recovery or War?, NEW CENTURY PUBLISHERS: New York, [S. l.], p. 1-55. 1993. . Acesso em: 15 maio 2024.

ALMOG, Guy. The Myth of the ‘Pacifist’ Japanese Constitution 日本国憲法の平和主義は神話. The Asia-Pacific Journal, [S. l.], v. 12, p. 1-29, 6 set. 2014. DOI 4177. Disponível em: <https://apjff.org/wp-content/uploads/2023/11/article-1102.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2024.

AULETTA, Alex. A Retrospective View of the Colombo Plan: government policy, departmental administration, and overseas students. Journal of Higher Education Policy and Management, [S. l.], p. 47-58, 3 ago. 2010. . Acesso em: 12 nov. 2023.

BENEDICT, Ruth. O Crisântemo e a Espada. São Paulo: Perspectiva. 2007. Acesso em: 5 jun. 2024.

BLACKTON, Charles S. The Colombo Plan. Institute of Pacific Relations, [S. l.], p. 27-31, 2014. Acesso em: 12 nov. 2023

ESTADOS UNIDOS. Secretaria de Tratados, Gabinete do Conselheiro Jurídico, Departamento de Estado dos Estados Unidos. Treaties in Force. [Washington DC] Departamento de Estado, 1 janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2020/08/TIF-2020-Full-website-view.pdf> Acesso em: 1 jun. 2024

FRANK, Richard B. The Fate of Emperor Hirohito: Would Japanese Emperor Hirohito remain in power after his nation’s surrender? His fate rested in part on the attitude of General Douglas MacArthur.. The National WWII Museum | New Orleans, [S. l.], p. 1, 26 ago. 2020. Acesso em: 8 Ago. 2023

GASPAR, Carlos. Os Estados Unidos e a transformação da Ásia. A América e o mundo depois de Bush, [S. l.], v. Vol. 1, No. 19, p. 119-134, set. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Gaspar-4/publication/262632038_A_China_e_a_transformacao_da_Asia/links/5fc28cf492851c933f71f653/A-China-e-a-transformacao-da-Asia.pdf Acesso em: 18 nov. 2023.

GOMES, Bruno. One Piece foi a série mais popular de 2022, diz pesquisa. O Vício. Disponível em: <https://ovicio.com.br/one-piece-foi-a-serie-mais-popular-de-2022-diz-pesquisa/>. Acesso em: 5 Nov. 2023.

HARKAVY, R. E. Defeat, National Humiliation, and the Revenge Motif in International Politics. International Politics, 37(3), p.1-24.2000. Acesso em: 14 Maio. 2024.

HAMADA, Koichi; KASUYA, Munehisa. The Reconstruction and Stabilization of the Postwar Japanese Economy: Possible Lessons for Eastern Europe?, Center Discussion Paper, No. 672, Yale University, Economic Growth Center, New Haven, CT, 1-57,1992. 8 Maio. 2024.

History - The Colombo Plan. The Colombo Plan. Disponível em: <https://colombo-plan.org/history/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

How Europe Went To War In 1939. Imperial War Museums. Disponível em: <<https://www.iwm.org.uk/history/how-europe-went-to-war-in-1939>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ITO, Takatoshi. Japan and the Asian Economies: A "Miracle" in Transition. Brookings Papers on Economic Activit, [S. 1.], p. 1-68, 24 jul. 1996. Acesso em: 26 Maio. 2024.

JAPÃO.Consulado Geral do Japão em São Paulo.Informações sobre o Japão - Governo.[Tóquio]Consulado Geral do Japão em São Paulo, 1 de março de 2017. Disponível em: https://www.sp.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/governo.html Acesso em: 26 Maio. 2024.

LAMÔNICA, Alexandre. A política externa dos Estados Unidos pós Segunda Guerra Mundial. Centro Universitário Sagrado Coração, [S. 1.], p. 1-56, 2021. Acesso em: 13 Out. 2023.

LARAIA, R. de B. 2000. Cultura – Um conceito antropológico. 13 ed. Rio de Janeiro: Zahar editor, 116p. Acesso em: 7 jun. 2024.

MACARTHUR, Douglas. Reminiscences. Nova Iorque: Ed. McGraw-Hill, 1964. Acesso em: 22 set. 2023.

MASSON, Philippe. A Segunda Guerra Mundial: História e estratégias. São Paulo: Contexto, 2010. Acesso em: 4 abr. 2024.

MELLO, V. M. S. Tradição e Intervenção Cultural Norte-americana no Japão e no Brasil do Pós-II Guerra. O Público e o Privado, Fortaleza, v. 1, n. 2 jul.dez, p. 81–94, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2713>. Acesso em: 2 jun. 2024.

MCDOUGALL, Walter A. "20th-century international relations". Encyclopedia Britannica, 11 Jan. 2024, <https://www.britannica.com/topic/20th-century-international-relations-2085155>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Ranmay DC (mayy4869) - Profile | Pinterest. Pinterest. Disponível em: <<https://www.pinterest.com/pin/655414552000826525//>>. Acesso em: 8 jun. 2024.

RIBEIRO, Tais dos Santos. A Política externa dos Estados Unidos no Pós-Guerra Fria: do combate ao terrorismo a exportação de democracia. 74 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Sergipe Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Relações Internacionais, [S. 1.], 2021. Acesso em: 5 out. 2023.

SAVAGE, James. The Origins of Budgetary Preferences The Dodge Line and the Balanced Budget Norm in Japan. Administration & Society, p.1-24. 2002. Acesso em: 2 jun. 2024.

SARTÓRIO, Sarah Gonçalves Patrocínio; COLOMBO, Arthur Osvaldo; FAVORATO, Diego Gonçalves. Reparações e Dívidas Aliadas no Entreguerras: de Versalhes (1919) a Lausanne (1932). Instituto de Economia e Relações Internacionais – Universidade Federal de Uberlândia, [S. 1.], p. 1-20, dez. 2021. Acesso em: 1 jun. 2024.

SPYKMAN, Nicholas – America's Strategy in World Politics. Nova York: Harcourt, Brace and Company, p. 137. 1942. Acesso em: 8 ago. 2024.

SUGITA, 2003, Yoneyuki. Pitfall or Panacea: The Irony of US Power in Occupied Japan: 1945-1952. Nova York: Routledge. 2003. Acesso em: 23 out. 2023.

SUGITA, Yoneyuki. Yoneyuki Sugita, “The Yoshida Doctrine as a Myth,” The Japanese Journal of American Studies, Vol. 27 (June 2016), 123-43..pdf. Academia.edu. Disponível em:
<https://www.academia.edu/37843629/Yoneyuki_Sugita_The_Yoshida_Doctrine_as_a_Myth_The_Japanese_Journal_of_American_Studies_Vol_27_June_2016_123_43_pdf>. Acesso em: 23 out. 2023

WATANABE, Paulo Daniel. A reinserção internacional do Japão no pós-segunda guerra mundial. In Proceedings of the 3rd ABRIL 2011 3º Encontro Nacional ABRI 2011, 2011, São Paulo (SP, Brazil) [online]. 2011. Available from:
<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300033\lng=en\nrm=iso> . Acesso em: 16 ago. 2023

WATANABE, Paulo Daniel. Segurança e Política Externa do Japão no pós-segunda guerra mundial. instituto de filosofia e ciências humanas programa de pós-graduação em relações internacionais santiago dantas (unesp/unicamp/puc-sp), [S. l], p. 17-83, 2012. Acesso em: 16 ago. 2023

ZIMMERMAN, David. The 10 Coolest American Characters In Anime, Ranked. CBR. 18 de Janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.cbr.com/cool-american-anime-characters/>>. Acesso em: 4 jun. 2024.